

O ecumenismo no pontificado do Papa Francisco

*Elias Wolff**

Resumo:

O papa Francisco propõe uma decidida retomada concílio Vaticano II, com um projeto de reformas amplas e profundas na Igreja Católica. Essas reformas devem acontecer nas estruturas centrais da Igreja, como a cúria romana, as conferências episcopais e o próprio papado. Isso tem positivas implicações ecumênicas, favorecendo o diálogo com as tradições cristãs que desenvolvem uma eclesiologia a partir da Igreja local, o exercício do governo de forma colegiada, a valorização dos ministérios leigos. As reformas visam conformar as estruturas eclesiais com o Evangelho e maior fidelidade à sua missão. E nisso todas igrejas se encontram.

Palavras chaves: Igreja. Papa Francisco. Reforma. Ecumenismo.

* Mestre em Filosofia e Doutor em Teologia, com pesquisas concentradas nos temas do diálogo ecumênico e inter-religioso. Membro do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR. Líder do Grupo de Pesquisa “Teologia, Ecumenismo, Diálogo Inter-religioso” (PUCPR). Bolsista Produtividade CNPq. E-mail: elias.wolff@pucbr.br



Ecumenism in the pontificate of Pope Francis

Summary:

Pope Francis proposes a categorical expansion of the reform project of Vatican II with broad and deep reforms of the Catholic Church. These reforms must happen in the central structures of the Church, such as the Roman Curia, the Episcopal Conferences and the papacy itself. This has positive ecumenical implications, supporting dialogue with the Christian traditions which develop an ecclesiology of the local church, the exercise of government in a collegiate manner, the appreciation for lay ministries. The reforms aim to conform the ecclesial structures with the Gospel and greater fidelity to their mission. In that all churches are in agreement.

Key words: Church. Pope Francis. Reform. Ecumenism.



INTRODUÇÃO

A Igreja Católica vive atualmente grandes expectativas com o pontificado do papa Francisco. Trata-se de um momento em que uma significativa parte dos cristãos católicos têm a sensação que algo novo está acontecendo ou está por vir, com forte potencial de impacto em praticamente todas as instâncias do catolicismo. Afirma-se claramente a necessidade de “reformas”, entendidas dentro do processo de “uma renovação eclesial inadiável” (*Evangelii Gaudium*, 27-33). Termos como renovação, mudança, transformação e conversão, fazem parte do vocabulário cotidiano do papa Francisco e começa a ser assimilado por parte da comunidade católica. Isso não é sem resistências, o que não permite ingenuidade ou ufanismo. O papa sabe que muitos têm dificuldades “para aceitarem a custosa evolução dos processos” (*Evangelii Gaudium*, 82). Mas essa linguagem vai, aos poucos, formando o vocabulário —embora com uma convicção não consistente ainda— também de líderes eclesiais que podem ajudar o papa nas decisões a serem tomadas sobre os rumos futuros da Igreja Católica. Pode ser que nada mude... Contudo, o clima que se vive nos meios católicos atuais é muito diferente daquele de pouco tempo atrás, no qual esses termos poderiam levar a suspeitas de toda ordem e, inclusive, ao obsequioso silêncio de quem ousasse questionar o *status quo* de segmentos da Igreja.



1. A RETOMADA DO VATICANO II

Seguindo a inspiração do papa João XXIII, os padres conciliares assumiram o ecumenismo como “um dos principais objetivos” do concílio Vaticano II (UR 1), e desde então o magistério universal emana orientações teológicas e pastorais para que os fiéis católicos se integrem no movimento ecumênico. O papa Paulo VI deu continuidade à orientação ecumênica do concílio, com a publicação do *Diretório Ecumênico*, solicitado durante o concílio e publicado em duas partes, uma em 1967 e outra em 1970¹, e o início dos diálogos oficiais da Igreja Católica com outras Igrejas. Com o papa João Paulo II, ampliam-se os diálogos bilaterais, acontece uma reorganização do Secretariado para a Unidade e a publicação da primeira encíclica sobre o ecumenismo, *Ut Unum Sint* (1995). O papa Bento XVI segue na mesma direção.

Mas a partir do final dos anos 80 do século XX, o impulso ecumênico na Igreja Católica não é mais o mesmo das primeiras duas décadas após o Vaticano II. Opções de setores estruturais da Igreja expressam um significativo distanciamento das inspirações conciliares no âmbito da teologia, da espiritualidade e da ação pastoral, fragilizando a caminhada ecumênica das comunidades católicas.

O papa Francisco propõe uma decidida retomada do Vaticano II e um projeto de reformas na Igreja que tem um grande alcance ecumênico. Ele entende que reforma e ecumenismo estão intrinsecamente vinculados (UR 6), como se constata nos gestos, nos discursos e nos encontros ecumênicos realizados pelo papa em pouco mais de 4 anos de pontificado. Francisco promove a “cultura do encontro” e a “cultura do diálogo”, afirmando a Igreja “em saída” para a relação com a sociedade, outras igrejas e religiões. Ele tem consciência que “peregrinamos juntos. Por isso, devemos abrir o coração ao companheiro de estrada sem medos nem desconfianças e olhar primariamente para o que procuramos: a paz no único rosto de Deus” (EG 244).

¹ SECRETARIADO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS, *Diretório Ecumênico Ad totam Ecclesiam*, AAS 1967, 574-592; AAS 1970, 705-724.

2. REFORMA DE TUDO E DE TODOS

O ecumenismo no pontificado de Francisco acontece dentro do projeto por reformas na Igreja que implicam num processo de conversão pessoal, estrutural e pastoral. Para o papa argentino, reforma e conversão expressam e sustentam uma opção missionária na qual “os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual do que à auto-preservação” (EG, 28). É uma reforma/conversão ampla e profunda, que diz respeito a tudo e a todos na Igreja: a) a *tudo*, sobretudo “as estruturas centrais da Igreja universal precisam ouvir esse apelo a uma conversão pastoral” (EG 32). E a *todos*, provocando a “saída” da zona de conforto, superando a “pastoral de conservação” e assumindo “uma necessidade generosa e quase impaciente de renovação” (EG 26). Assim, busca-se reformar a paróquia (EG 28), as comunidades de base, as pequenas comunidades, os movimentos e associações (EG 29), as Igrejas Particulares (EG 30), o ministério do bispo (EG 31) e o próprio papado (EG 32). Mudanças se fazem necessárias também na linguagem teológica (EG 27) e na espiritualidade (EG 78-80). A *tudo* e a *todos* o papa exorta a “serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades” (EG 33).

3. ÂMBITOS DA ECUMENICIDADE DAS REFORMA ECLESIAIS

As propostas do papa Francisco por reforma e conversão eclesiais acontecem no horizonte do Vaticano II, com destaques para:

- 1) no *âmbito da teologia*, a busca das fontes bíblica e patrística e a afirmação do princípio da hierarquia das verdades (UR 11), possibilitam re-centrar a Igreja em Cristo e no seu Evangelho: “Se nos concentrarmos nas convicções que nos unem e recordarmos o princípio da hierarquia das verdade, poderemos caminhar decididamente para formas comuns de anúncio, de serviço e de testemunho” (EG 246). Isso favorece a aproximação com os fundamentos da teologia das outras igrejas. Igualmente, o *aggiornamento* que se dá pela busca de uma lin-



guagem teológica e pastoral que torne o conteúdo da fé mais compreensível à sociedade atual, favorece o diálogo com as culturas e as ciências, com significativas implicações para as relações ecumênicas.

- 2) *Na eclesiologia*, destacam-se quatro elementos: a) o fim da relação de identidade exclusiva entre a Igreja de Cristo e as estruturas católicas, estando aquela *subsistindo* nestas (LG 8), leva a uma compreensão da positividade que há no pluralismo eclesial do nosso tempo, e o conseqüente reconhecimento da realidade eclesial fora das estruturas católicas (UR 3; LG 15; UUS 13). Esse pluralismo não é visto apenas como algo negativo, é possível “recolher o que o Espírito semeou neles (cristãos) como um dom também para nós” (EG 246). b) A valorização da Igreja Local, a qual é “é o sujeito primário da evangelização enquanto é a manifestação concreta da única Igreja um lugar da terra ... é a Igreja encarnada num espaço concreto” (EG 30). Isso apresenta reais possibilidades de aproximação com o princípio eclesiológico das igrejas que elaboram a sua eclesiologia centrada na Igreja que acontece num determinado lugar, onde os cristãos se reúnem para ouvir a Palavra e celebrar os sacramentos²; c) o novo estilo no exercício do primado, na perspectiva da sinodalidade e colegialidade, aproxima-se das experiências de governo conciliar da ortodoxia e do protestantismo; d) e as mudanças nas estruturas e instituições eclesiásticas a tornam mais leve e mais dinâmica na interação com as outras igrejas.
- 3) *No âmbito da missão*, a perspectiva missionária da re-configuração eclesial sustenta os esforços por descentralização, e o processo de “conversão pastoral” torna-se programático e paradigmático para toda a Igreja (cf. *Evangelii Gaudium*, 15; 25). O que se busca é fidelidade ao Evangelho. E como o Evangelho não é exclusivo de uma Igreja, sendo pregado e testemunhado por diversas formas nas diferentes tradições ecle-

² Cf., *A Confissão de Augsburgo*. São Leopoldo: Sinodal, 1999, art. VII.

siais, urge a necessidade de parcerias ecumênicas nos projetos de missão. Assim, “o esforço por uma unidade que facilite a recepção de Jesus Cristo deixa de ser mera diplomacia ou um dever forçado para se transformar num caminho imprescindível da evangelização” (EG 246).

- 4) *No âmbito da espiritualidade e da cooperação*, as reformas apresentam uma Igreja que se entende envolvida no Mistério da graça de Deus que se manifesta em Cristo e no seu Evangelho. A Igreja vive desse Mistério (LG 1-5) e coloca-se em processo de conversão para ser sempre mais fiel a ele. Isso a aproxima das outras igrejas e favorece “um intercâmbio de dons (pelo qual) o Espírito pode conduzir-nos cada vez mais para a verdade e o bem” (EG 246). Todas as igrejas, como também as religiões e o mundo inteiro, estão envolvidas no Mistério de Deus. Os cristãos estreitam essa comunhão pela oração comum (UR 8), que os permite assumir, entre eles e com a humanidade inteira, compromissos sociais e ecológicos (LS cap. V), tornando o ecumenismo “uma contribuição para a unidade da família humana” (EG 245).

4. INSTÂNCIAS DE REFORMAS ECLESIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES ECUMÊNICAS

A busca por reformas é uma característica essencial da Igreja conciliar e do pontificado do papa Francisco. Não é uma Igreja engessada em doutrinas, leis e estruturas, mas uma Igreja “em saída”. Daqui o abandono de toda “auto-referencialidade” eclesial. As doutrinas, normas e estruturas servem como elementos orientadores da Igreja para a relação com as realidades fora de si mesma. Dessa forma a Igreja “em saída” realiza-se em sua identidade e missão numa interação positiva com a sociedade, a cultura, as outras igrejas e as religiões. A essas realidades a Igreja sente-se vocacionada ao encontro, ao diálogo, à cooperação e à comunhão, podendo realizar relações ecumênicas positivas.

Três instâncias aparecem como o foco das reformas propostas no atual pontificado católico:



1) A cúria romana

A cúria romana é um organismo que trata “questões da Igreja universal, em nome e com a autoridade do sumo pontífice”³. Mas a cúria precisa de mudanças. Em dezembro de 2014 e 2015, o papa Francisco falou de um “catálogo de doenças curiais e em dezembro de 2016, ele apresentou aos cardeais da cúria 12 critérios para as reformas na cúria, dentre os quais: a conversão pessoal, a conversão pastoral, a missionariedade (fé cristocêntrica), a atualização, a sobriedade, a subsidiariedade, a sinodalidade, a catolicidade”⁴.

É importante verificar como poderão ser efetivamente melhores as relações entre o papa e a cúria romana, bem como a cúria e o sínodo dos bispos. Alguns perguntam: pode o papa “cessar de ser o responsável direto da cúria?”⁵. E sugerem que o papa poderia ter um conselho para si mesmo, e a cúria outro conselho, que prestaria contas tanto ao papa quanto ao colégio dos bispos, “representado, por exemplo, pelo conselho do sínodo dos bispos junto ao papa”⁶. Isso tem forte motivação pastoral uma vez que a cúria não consegue resolver todas as questões de que trata a Igreja Universal e das Igrejas Locais. Para que a cúria possa melhor realizar o seu serviço precisa de reformas para:

antes de mais nada, torná-la *con-forme* à Boa Nova que deve ser proclamada jubilosa e corajosamente a todos, especialmente aos pobres, aos últimos e aos descartados; *con-forme* aos sinais do nosso tempo e a tudo o que de bom alcançou o homem, para melhor atender às exigências dos homens e das mulheres que somos chamados a servir⁷.

³ *Código de Direito Canônico*. São Paulo: Loyola, 1983. Can. 360.

⁴ Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/december/documents/papa-francesco_20161222_curia-romana.html

⁵ LEGRAND, Hervé. “La comunione sinodale come chiave del rinnovamento del popolo di Dio”. In SPADARO, Antonio/GALLI, Carlos Maria, *La Riforma e le Riforme nella Chiesa*. Brescia: Queriniana, 2016, p. 176.

⁶ LEGRAND, Hervé. “La comunione sinodale come chiave del rinnovamento del popolo di Dio”, p. 180.

⁷ Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/december/documents/papa-francesco_20161222_curia-romana.html

Isso tem implicações para toda a Igreja e também para as relações ecumênicas. A necessidade de “con-formar” as estruturas, instituições e doutrinas com o Evangelho é algo que diz respeito ao cristianismo como um todo. Era o que Lutero propunha em seu projeto de reforma: re-centrar a Igreja em Cristo, em seu Evangelho. Já foi observado o valor ecumênico das possíveis reformas na cúria romana: “sejam quais forem as decisões tomadas no tocante à reforma da Cúria, terão repercussões nas relações entre as confissões cristãs”⁸. Lutero, Calvino e os demais reformadores fizeram duras críticas à cúria, sobretudo ao seu estilo burocrático, legalista e concentrador. Também em nossos tempos, é comum a impressão que o entrave maior para as relações ecumênicas (e inter-religiosas) não está, efetivamente, no papa, mas nas estruturas curiais. Como observado por ecumenistas também de outras igrejas, “Parece que a Cúria Romana se move na contramão do ecumenismo”⁹. Tomando apenas os papas João XXIII e Francisco, sem podermos tratar aqui de todos, constatamos atitudes ecumênicas que indicam a clara vontade de agilizar o processo de reconciliação com outras igrejas. Mas entre eles e as igrejas está a cúria romana, com segmentos que expressam elevada dificuldade para acolher e agilizar a realização das propostas ecumênicas tanto concílio Vaticano II, quanto do magistério eclesial pós-conciliar.

2) As Igrejas Locais e as conferências episcopais

Fortalecendo a eclesiologia a partir da Igreja Local o papa Francisco também valoriza mais as conferências episcopais. Estas foram, ao longo da história, destituídas dos meios que lhes permitem um equilíbrio entre a ação com autonomia e a comunhão com Roma. Atualmente, as conferências episcopais apenas com dificuldades se fazem ouvir em suas solicitações e contribuições às instituições centrais da Igreja. A razão disso é que “ainda não foi suficientemente explicitado um estatuto das conferências episcopais que as

⁸ ALTMANN, Walter. 2013, “Implicaciones ecuménicas da reforma da cúria”. In *Concilium* 5/2013, p. 134.

⁹ BRAKEMEIER, Gottfried. *Preservando a Unidade do Espírito no Vínculo da Paz*. São Paulo: ASTE, 2004, p. 53.



considere como sujeitos de atribuições concretas, incluindo alguma autêntica autoridade doutrinal” (EG 32). Para superar tal situação, Francisco busca fortalecer o espírito de colegialidade, sinodalidade e subsidiariedade na Igreja, pela prática de um real intercâmbio, diálogo e cooperação com/entre as Igrejas Locais. Entende o papa latino-americano que no modelo das antigas igrejas patriarcais, e retomando o n. 23 da *Lumen gentium*, “as conferências episcopais podem aportar uma contribuição múltipla e fecunda, para que o sentimento colegial leve a aplicações concretas” (EG 32). E conclui:

Penso, aliás, que não se deve esperar do magistério papal uma palavra definitiva ou completa sobre todas as questões que dizem respeito à Igreja e ao mundo. Não convém que o Papa substitua os episcopados locais no discernimento de todas as problemáticas que sobressaem nos seus territórios. Neste sentido, sinto a necessidade de proceder a uma salutar “descentralização” (EG 16).

Que alcance ecumênico pode ter essa proposta? Realçar o poder das igrejas de uma região, com um novo estilo administrativo e pastoral, pode favorecer o diálogo eclesiológico com a Reforma, sustentada na Igreja local (*Confissão de Augsburg*, art. VII). A Igreja local é a instância real da comunhão na fé, onde se ouve o Evangelho, os sacramentos são celebrados e se vive a fraterna concórdia entre os membros da *communio sanctorum*. A eclesiologia da Igreja local, central nas igrejas oriundas da Reforma, tem grande espaço no movimento ecumênico, como mostra a III Assembléia Plenária do Conselho Mundial de Igrejas (Nova Delhi, 1961), que propôs como modelo de unidade da Igreja a “unidade em cada lugar”:

Creemos que a unidade que é simultaneamente vontade e dom de Deus para a sua Igreja, torna-se visível quando todos aqueles que em cada lugar são batizados em Cristo Jesus e o confessam como Senhor e salvador, são conduzidos pelo Espírito Santo a formarem uma comunidade plenamente comprometida, que confessa a mesma fé apostólica, que prega o mesmo Evangelho, que parte o mesmo pão, que se reúne na oração comum e que tem uma vida comunitária que brilha no testemunho e no serviço a todos; e quando,

além disso, se encontram em comunhão com o conjunto da comunidade cristã em todos os lugares e em todos os tempos, num modo em que o ministério e a qualidade de membro sejam reconhecidos por todos e todos possam, segundo as circunstâncias, agir e falar de comum acordo em vista dos compromissos aos quais Deus chama o seu povo¹⁰.

Assim, as comunidades locais dos cristãos estão unidas entre si pela catolicidade da fé vivida na diversidade presente em “cada lugar”. A doutrina católica ajuda a compreender isso ao afirmar que “a universal comunidade dos discípulos do Senhor ... se torna presente e operante na particularidade e diversidade das pessoas, grupos, tempos e lugares”¹¹. Vivendo desse modo, na pluralidade de formas e contextos, está aberto o caminho para progredir na mútua aceitação das diferentes formas de ser Igreja “em cada lugar”.

3) O ministério petrino

O papa Francisco tem consciência que reformas devem acontecer também no exercício do seu ministério. “Dado que sou chamado a viver aquilo que peço aos outros, devo pensar também numa conversão do papado” (EG 32). É coerente com o que afirma sobre as reformas na cúria e nas conferências episcopais, ou seja, nas “*estruturas centrais da Igreja universal*” (EG 32). É uma exigência da conversão pastoral, ou seja, as reformas devem acontecer em função da missão evangelizadora da Igreja em nosso tempo: “Compete-me, como Bispo de Roma, permanecer aberto às sugestões tendentes a um exercício do meu ministério que o torne mais fiel ao significado do que Jesus Cristo pretendeu dar-lhe e às necessidades atuais da evangelização. ... Pouco temos avançado neste sentido” (EG 32).

Reformas no papado são aspiradas ao longo da sua história. Desde os tempos de Constantino (séc. IV), a autoridade na Igreja

¹⁰ CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS, III Assembléia plenária do CMI (Nova Delhi, 1961), relatório da III Seção, n. 2. In *Enchiridion Oecumenicum*, vol. V Bolonha: EDB, 2001, p. 250.

¹¹ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Communio notio*. In *SEDOC 25* (1992), n. 7.



universal vem se concentrando na Igreja local de Roma e, nela, tudo depende do papa, com sérias conseqüências para o exercício da colegialidade e da sinodalidade evangélicas. Sugestões são dadas para reformas do primado petrino, como “tomar as suas decisões no âmbito de um consistório”; dar às conferências episcopais o direito de apresentar questões na ordem do dia do sínodo dos bispos, com “autoridade de decisão neste sínodo em algumas circunstâncias”; consultar os bispos antes de tomar decisões importantes; permitir que “um número qualificado de bispos” possa convocar um concílio; permitir o recurso à Santa Sé “contra uma sentença do romano pontífice”¹².

Naturalmente, isso tem implicações ecumênicas. Os papas Paulo VI e João Paulo II manifestaram a consciência de que de que o ministério petrino “constitui uma dificuldade para a maior parte dos outros cristãos” (UUS 88), o que lhes levou a pedir perdão ao Conselho Mundial das Igrejas (Paulo VI em 1969; João Paulo II em 1984). João Paulo II propôs compreender o exercício do ministério petrino “em uma nova situação”, de modo que ele seja “um serviço de amor reconhecido por uns e por outros” (UUS 95). O pontificado de Francisco segue nessa direção (EG 32). A “nova situação” possível leva à pergunta se isso poderia ter alguma extensão, para os governos das diferentes igrejas envolvida no diálogo com Roma, da participação que Francisco propõe para as Conferências Episcopais. Não se trata apenas de uma aproximação no estilo de governo das diferentes igrejas, mas da possibilidade de uma ampla revisão também teológica e canônica do papado, de modo a favorecer uma real interação em forma de intercâmbio e de cooperação na missão de salvaguardar a unidade da Igreja.

Nessa revisão, é importante a observação que

Aquilo que agora falta é uma integração, não só eclesiológica, mas também cristológica e teológica num sentido lato, um novo modo de interpretar, à luz do dado evangélico, seja

¹² LEGRAND, Hervé. “La comunione sinodale come chiave del rinnovamento del popolo di Dio”, p. 188.

teologicamente seja praticamente, o ministério petrino. De fato ... (ao interpretar) a doutrina da Igreja (sobre esse ministério)... não se devem contudo desconhecer as carências a ela latentes... (centrada) no modelo “profano” da *suprema auctoritas*¹³.

Três expressões ecumênicas no pontificado de Francisco: 1) mudanças no jeito de ser papa, que se distancia da imagem de um monarca que possui o poder supremo da Igreja e age independente de qualquer outro órgão eclesial e qualquer outro membro da Igreja, seja da hierarquia ou dos leigos, imagem criticada na *Apolo-gia da Confissão de Augsburg*. 2) Junto às mudanças no estilo, Francisco apresenta mudanças na mentalidade que sustenta a autoridade papal, o que se constata em sua linguagem e suas atitudes situadas no horizonte da sinodalidade, colegialidade e subsidiariedade, o que favorece o diálogo com as igrejas que têm um governo sinodal e conciliar. 3) A compreensão da sua missão como um serviço à unidade dos cristãos (EG 32; 244-246), favorecendo também o diálogo inter-religioso na promoção e defesa de todas as formas de vida, humana e do planeta (LS 8-9;14; 92; 200-201;2014; 221). Para tanto, é preciso ter claro qual é a essência desse ministério: manter “toda a Igreja na unidade da fé e da comunhão” (*Dezinger* 3051; LG 18; UUS 88), “confirmar os irmãos na fé” (Lc 22,31).. Esse aspecto do primado é imutável. E o serviço à fé de “toda a Igreja” tem alguma transcendência de estruturas e instituições de uma tradição eclesial. A catolicidade da fé confirmada pelo ministério petrino não se realiza plenamente enquanto a divisão das igrejas impedir a visibilidade da Igreja una e única de Cristo.

Evidentemente, muitas questões surgem sobre qual é a necessidade, o modo e o possível reconhecimento desse ministério com alguma autoridade para todas as igrejas. Das respostas que podem ser dadas, é importante observar que não está em questão o “ministério petrino” concedido por Cristo a Pedro, tal como os Evange-

¹³ KASPER, Walter. “Ciò che permane e ciò che muta nel ministero petrino”. In *Concilium* 8 (1975), p. 55.



lhos apresentam (Mt 16, 18-19; Jo 20,23; 21, 15-17; Lc 22, 31), mas a interpretação desse ministério. O que se questiona é *o sujeito e o modo* desse serviço universal. E sobre isso as igrejas ainda têm muito o que dialogar.

Não houve, nestes poucos mais de quatro anos do pontificado de Francisco, mudanças canônicas, estruturais ou na jurisdição do papado. O papa Francisco começou por mudar o seu *modus operandi*, o jeito de ser papa, com um estilo próprio, apresentando elementos tanto programáticos —para o projeto de reformas na Igreja à luz do Vaticano II; quanto paradigmáticos— como horizonte teológico e pastoral onde se compreende a verdade da Igreja “em saída” e a sua missão. Sabe-se que a realização de reformas nesse campo, como nos demais, não será levado a termo no exercício de um pontificado apenas. Francisco está apenas traçando o caminho, na esperança que ele seja aberto e percorrido por seus sucessores.

CONCLUSÃO

No atual pontificado da Igreja Católica há um vínculo estreito entre “reforma”, “missão” e “ecumenismo”, no horizonte de uma conversão pastoral que coloca a Igreja em permanente processo de “saída” para a relação com as diferentes igrejas, bem como as religiões e a sociedade como um todo. Há uma relação sincrônica entre as transformações na Igreja e o aprofundamento da convicção ecumênica. Ser ecumênico é colocar-se na dinâmica de reformas profundas, superando todo imobilismo e enrijecimento que impossibilita ver as oportunidades dos tempos para o ser Igreja hoje. O papa Francisco entende esse processo como fidelidade ao Reino, ao tempo presente, e ao Vaticano II, numa tentativa de responder de forma convincente às exigências atuais da evangelização. Se a divisão entre as igrejas é obstáculo à pregação do Evangelho, os esforços pela unidade cristã é uma forma privilegiada de testemunhar a mensagem de Cristo. Afinal, as reformas eclesiais e o ecumenismo possuem a mesma finalidade: a perfeição na comunhão da fé em Cristo e o testemunho comum do seu Evangelho no mundo.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Walter. "Implicaciones ecuménicas da reforma da cúria". In *Concilium* 5/2013, pp. 133-142.
- A Confissão de Augsburgo*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
- BRAKEMEIER, Gottfried *Preservando a Unidade do Espírito no Vínculo da Paz*. São Paulo: ASTE, 2004.
- Código de Direito Canônico*. São Paulo: Loyola, 1983.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen gentium*. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2007, pp. 101-192.
- _____. *Unitatis redintegratio*. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2007, pp. 215-239.
- _____. *Christus Dominus*. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2007, pp. 241-275.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. "Communionis notio". In *SEDOC* 25 (1992), 262-272.
- CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS, III Assembléia plenária do CMI (Nova Delhi, 1961), relatório da III Seção, n. 2. In *Enchiridion Oecumenicum*, vol. V. Bolonha: EDB, 2001, p. 250.
- DEZINGER. *Enchiridion Symbolorum*. Bolonha: EDB, 1991.
- JOÃO PAULO II, *Ut Unum Sint*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- KASPER, Walter. "Ciò che permane e cio che muta nel ministero petrino". In *Concilium* 8 (1975), pp. 43-58.
- LEGRAND, Hervé. "La comunione sinodale come chiave del rinnovamento del popolo di Dio". In SPADARO, Antonio/GALLI, Carlos Maria, *La Riforma e le Riforme nella Chiesa*. Brescia: Queriniana, 2016, 159-188.



PAPA FRANCISCO. “Discurso aos bispos responsáveis do Conselho Episcopal Latino-Americano”. In SEDOC, vol. 46, n. 359 (2013), pp. 73-80.

———. *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2013.

———. *Laudato Si’*. São Paulo: Paulinas, 2015.